

**Beatriz Valladão Thiesen
Martial Pouquet**

NEM TEMPO, NEM MÉTODO. NEM HISTÓRIA, NEM ANTROPOLOGIA. O QUE É ARQUEOLOGIA?

Como se sabe, as perguntas sempre são mais importantes que as respostas. As respostas mudam, são fugazes, mas as perguntas voltam sempre. O que é Arqueologia? Arqueologia é Antropologia (WILLEY e PHILLIPS, 1958; BINFORD, 1962), Arqueologia é História, Arqueologia é Arqueologia, é Arqueologia (CLARKE, 1968, p. 13), Arqueologia é Memória (HAMILAKIS, 2010). Arqueologia estuda as pessoas e não as coisas (WHEELER, 1954). Arqueologia é a disciplina das coisas (OLSEN et al, 2012). Arqueologia é a ciência que estuda o passado a partir de seus vestígios (GNECCO, 2016), a Arqueologia não tem parâmetros temporais (BÜCHLLI e LUCAS, 2001). Arqueologia é a disciplina que investiga sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material (LIMA, 2011), a Arqueologia não estuda o comportamento humano, não estuda códigos simbólicos, não estuda sistemas sociais, não estuda culturas antigas, nem estuda o passado, mas estuda artefatos (BINFORD, 1989). Paremos aqui.

Podemos fazer uma lista quase interminável de respostas para esta pergunta, localizadas em tempos, espaços e concepções teóricas diferentes. Mas o interessante é que, mesmo que essa pergunta já tenha sido respondida centenas de vezes, ela ainda continua sendo feita. Ainda estamos em busca de um terreno firme para fincar nossos pés. A pergunta é, no entanto, muito mais importante do que possa parecer à primeira

vista. Não se trata apenas de marcar um campo de estudos, ou de obter uma abordagem convincente. A cada vez que (re)fazemos essa pergunta, estamos considerando, sobretudo, para quem serve a Arqueologia.

Ainda que várias proposições tenham surgido ultimamente, demonstrando um momento de grande fertilidade do pensamento teórico na Arqueologia, ainda se mantém fortemente arraigada: Arqueologia é o estudo do passado das sociedades humanas tendo a escavação como metodologia emblemática. Esta definição considerou implicitamente, mesmo aceitando que o arqueólogo não faz só escavar, que sem escavação não há Arqueologia. Além disto, ela foi teoricamente vinculada à História, ou à Antropologia.

Não objetivamos aqui dar mais uma definição que se pretenderia melhor que as demais, mas avaliar a situação e tentar eliminar aquelas que francamente não funcionam. Alguns falam de uma crise da Arqueologia frente a essa legião de definições. Porém, se é verdade que uma ciência em crise tem vontade de se redefinir, qualquer ciência que faz uma autoreflexão, que se autocritica, está sempre em crise. As crises científicas são sintoma de boa saúde de uma ciência e, partindo disso, a definição de uma ciência é um exercício de saúde, um tipo de “higienização”.

Geralmente as definições apresentadas o são de forma peremptória (a Arqueologia é isso e aquilo) que lhes dão um caráter dogmático e servem somente para justificar rejeições, cortes, limitações, fronteiras e submissões. O problema é que elas são geralmente a justificação de práticas profissionais, do ofício, que servem (consciente ou inconscientemente) de fundamentos a essas mesmas definições. Em outras palavras: se define o que se faz na base do que se faz para justificar o que se faz. Podemos sentir a tautologia, às vezes mal escondida, de tal circularidade.

Mais raras são as definições estabelecidas sobre a base de discussões epistemológicas, ou seja, definições apoiadas sobre o seu objeto científico, seu objetivo e sua finalidade. Porém, mesmo nesses raros casos, os dados foram muitas vezes lançados de antemão, resultando em apoios confortáveis, mas epistemologicamente enviesados, que querem consolidar o status quo de uma prática tradicional do fazer arqueológico para o qual se sente a necessidade de dar um verniz de cientificidade¹. Aqui também podemos sentir a tautologia, porém, desta vez, bem escondida.

A busca pelo reconhecimento da cientificidade tem sido fundamental na definição da Arqueologia. Mas de que cientificidade se fala?

As ciências da natureza se deram o direito (pelo prestígio adquirido dos seus sucessos na previsão dos fenômenos naturais e nas

¹ Um exemplo disto é a discussão de Binford em seu artigo de 1962 que deu base à Arqueologia Processual.

aplicações técnicas) de definir todas as demais ciências e de se tomar como referências. De fato elas consideram que é preciso fundar as ciências como se estas nunca teriam existindo ainda.

Não pode ser questão aqui de excluir sistematicamente das ciências do espírito humano alguns procedimentos das ciências da natureza quando estes manifestam sua fecundidade; porém a redução das ciências do espírito às ciências da natureza, longe de favorecer a sua eclosão, coloca entraves ao seu desenvolvimento pelo fato de se fundar em outro tipo de inteligibilidade. A consequência disto é que é preciso considerá-las como ciências autônomas maiores (FREUND, 1973, p. 82).

Ora, as ciências humanas (ou do espírito, conforme a época) são tão antigas quanto as da natureza. Isto significa: 1) que elas são tão bem fundadas quanto as ciências formais e da natureza; 2) que elas são autônomas; 3) que quando se observe a história da sua fundação e do seu desenvolvimento (como o preconiza DILTHEY, 1942), só podemos constatar que sua natureza e sua dinâmica são diferentes daquelas das ciências formais e da natureza e que, portanto, devem ser diferentes os critérios da sua definição, do estabelecimento da sua teoria e das suas metodologias. “Essas ciências cresceram no meio da prática da vida” (DILTHEY, 1942, p. 36). O que significa que o seu objeto não tem uma natureza imutável por obedecer a leis constantes, o seu objeto é “um conjunto de obras e de convenções que o homem teve de criar primeiro para, depois, desenvolver a ciência destas” (FREUND, 1973, p. 83).

Seguindo esse raciocínio, a Arqueologia não precisa tomar como modelo as ciências formais ou da natureza para construir a sua definição, quer dizer, seu objeto científico, ou para elaborar a suas metodologias.

Determinar o objeto de uma ciência significa “especificar um tipo de olhar sobre a realidade, (...) [além de] especificar os aspectos dos fenômenos que dependem dela e rejeitar aqueles que ficam fora do seu campo de investigação” (SOLER, 2000, p. 18). O problema é que os objetos de uma ciência não existem em si no mundo. É a própria ciência quem os determinou no decorrer da sua constituição.

Se olharmos para a história da Arqueologia, podemos constatar que aquilo que interessava os “ancestrais” desta ciência, os antiquaristas, eram os objetos de qualquer tipo, os remanescentes da Antiguidade. É, aliás, interessante ver que um desses antiquaristas, Jacob Spon, forneceu uma definição daquilo que chamava Arqueografia: “O conhecimento daquilo que os Antigos quiseram ensinar à posteridade da sua religião, das suas ciências, da sua história, e da sua política, pelos monumentos originais que nos deixaram” (SPON, 1679, p. 63; SPON, 1685, p. V). Spon divide sua

ciência em oito disciplinas dentre das quais figuram a aquitectografia, definida como “a descrição dos edifícios antigos, templos, arcos de triunfos, teatros, pirâmides, obeliscos, banhos, aquedutos, portos, caminhos públicos, termas, miliares, máquinas de guerra, bastiões, torres, tumbas, mausoléus, etc.” (SPON, 1679, p. 65) e a Angeiografia, entendida como

o vasto e espinhoso estudo que explica os pesos, os vasos e as medidas, os instrumentos para a agricultura e para o doméstico, aquilo que pertencia aos jogos, às roupas, à navegação, e as mil outras coisas cujo exame não pode facilmente ser relacionado às ciências anteriores e que acreditamos poder chamar do nome de Angeia apesar de não ser geral o suficiente (SPON, 1679, p. 70).

Spon se depara aqui, indubitavelmente, com o enorme universo dos objetos inclassificáveis nas categorias da sua época. As demais disciplinas são a numismática, iconografia (que ele divide em iconografia, gliptografia e toreumatografia), epigrafia e bibliografia (que chamaríamos agora de paleografia), todas disciplinas contempladas pela Arqueologia atualmente, segundo as suas necessidades.

Mas a questão da cientificidade está ligada à necessidade de reconhecimento da comunidade científica por parte da Arqueologia, e à sua sobrevivência acadêmica. E é aqui que a Arqueologia se rendeu por muito tempo à Antropologia, especialmente nos países anglo-saxões, e à História, sobretudo na Europa continental. Conforme Tramasoli (2017), a Arqueologia assegurou sua presença institucional na academia vinculando-se aos já existentes centros de História, ou Antropologia,

a partir da premissa de que cabe a ela o trato dos vestígios do passado, seja a partir da adaptação das teorias antropológicas a eles, seja a partir da competência exclusiva do saber recuperar a dimensão material que serve de fiadora do discurso histórico (TRAMASOLI, 2017, p. 192).

As práticas profissionais, como se vê, vão muito além das técnicas e métodos cotidianos empregados pelo arqueólogo no desempenho do seu ofício e incluem, inclusive, o lugar do arqueólogo nas disputas por espaço e reconhecimento acadêmicos. Isso, por si só, parece um bom argumento para não aceitar uma definição da Arqueologia elaborada na base da atividade profissional dos arqueólogos. Ainda assim, pensamos que é útil discutir alguns pontos – a partir dos argumentos de Bruneau e Balut (1997, p. 36) – que chamaremos aqui de transbordamento e entrincheiramento.

No transbordamento, temos o arqueólogo que se dedica a outras

atividades que, apesar de tudo, podem servir à Arqueologia. Por exemplo, é possível dedicar-se à química por razões arqueológicas, mas não significa que a química define a Arqueologia, ou que ela seja um elemento fundamental na sua definição. Igualmente, se o arqueólogo precisar mergulhar, não significa que o mergulho seja uma metodologia que pertence à Arqueologia. Tudo o que faz um arqueólogo não é necessariamente Arqueologia, portanto tudo o que faz um arqueólogo não pode servir para definir a Arqueologia. Para distinguir o que é arqueológico daquilo que não o é nas atividades do arqueólogo, é necessário ter primeiramente uma definição da Arqueologia. Dizendo de outra maneira, é porque se tem na cabeça uma definição da Arqueologia (nem sempre claramente enunciada e nem sempre consciente) que é possível dizer de tal ou qual atividade que ela é, ou não, arqueológica.

No entrincheiramento, temos, por assim dizer, o movimento inverso: um cientista, no lugar de ultrapassar a sua ciência, pode se entrincheirar em uma especialidade desta. Alguns podem se especializar no estudo das cerâmicas, por exemplo, o que não significa que a Arqueologia se resume a isso. Porém, estranhamente, no que concerne à escavação (uma tarefa específica de duração bem delimitada), a Arqueologia parece ser totalmente dependente dela.

Parece que a escavação se transformou, tanto na comunidade científica, como no público em geral, em um critério tradicional de definição fundamental. É importante demonstrar porque essa tradição deve ser eliminada.

Essa tradição parece remontar às escavações de Pompéia e Herculano, e talvez antes. De todas as maneiras, como os vestígios que interessavam na época estavam muitas vezes enterrados, era necessário escavar (não importa aqui os aspectos técnicos). O aspecto muitas vezes espetacular e abundante dos achados só fez reforçar o interesse. Os procedimentos de escavação foram aprimorados e discutidos regularmente (já se tem tratados sobre o assunto desde o século XVIII) sem que ninguém se importe com a mesma dedicação à definição da disciplina – que, aliás fluuava alegremente na terminologia: arqueografia, Arqueologia, antiguidades, pré-história, estudos antediluvianos. Gabriel de Mortillet (1885) falou até de paleoetnologia, termo que Leroi-Gourhan retomou, porém com outro propósito. Esse paradoxo contribuiu por deslocar a preocupação com a cientificidade da ciência para a “tecnicização” de uma das suas práticas de observação.

Hoje se aceita considerar que a Arqueologia não se reduz à escavação, mas se continua pensando “que sem a escavação não existe Arqueologia. Assim o estar enterrado se mostra como um critério de arqueologicidade” (BRUNEAU e BALUT, 1997, p. 37). Essa concepção desemboca em uma tripla consequência:

1 – a Arqueologia estuda somente o enterrado, ou

2 – a Arqueologia só estuda o antigo, o que está em desuso, o obsoleto; e quando estuda o que está ainda em uso, é para entender aquilo que está em desuso. O critério é o da obsolescência.

3 – a Arqueologia faz da escavação a sua especialidade e sua especificidade quando, na realidade, esse método é usado por outras ciências como a paleontologia – com a qual é tantas vezes confundida! Se a escavação é um critério de definição de ciência então efetivamente paleontologia e Arqueologia são a mesma coisa.

Se a obsolescência nos salva de uma concepção unicamente escavadora, ela nos fecha o acesso à atualidade e nos encerra no passado por mais recente que seja. Não saímos de uma Arqueologia que estuda só o passado. Fora o fato que uma Arqueologia da atualidade orientada para a atualidade é descartada – mas que sempre podemos realizar por simples teimosia, arriscando ser marginalizados, senão desprezados –, o principal problema reside no fato que se perde de vista o fato de que, se o passado serve para entender o presente, o presente constrói o passado (OLIVIER, 2008).

Tal definição erguida sobre a escavação, o enterrado, ou o obsoleto reduz a Arqueologia ao seu *archeos*, a confinando no *archaion* (o passado), e rejeita o seu *archai* (princípio primeiro, fundamento). Se a Arqueologia quer absolutamente estudar o passado do mais antigo ao mais recente (FUNARI, 2003), ela deve estudar, ou pelo mínimo entender, o seu presente e, ao mesmo tempo, situar-se nele (a Arqueologia, a comunidade arqueológica e o arqueólogo). Se a Arqueologia pode ser o estudo das origens longínquas, ela é também a ciência do tempo presente que contempla e define essas origens. Fazendo ressurgir as coisas do passado no presente, a Arqueologia os transforma em coisas do presente, “assim não é tanto a lembrança do passado revelado, que a Arqueologia faz ressurgir, quanto uma memória movente do passado, cujo significado se estabelece unicamente na e pela atualidade” (OLIVIER, 2008, p. 15).

Portanto, a Arqueologia não conta o passado; ela deixa essa tarefa à História. A Arqueologia dá conta do passado atualizando-o para reavivar a memória atual. Reflexivamente ligada à contemporaneidade, a Arqueologia transforma sua relação com os vestígios à medida que mudam “as condições de experiência da realidade material do mundo” (OLIVIER, 2008, p. 16) presente. E a transformação dos modos de representação da Arqueologia são os sintomas das transformações dos modos da atualidade de se representar o mundo: “os materiais arqueológicos podem ser definidos como «objeto-memórias» funcionando na reiteração e na repetição” (OLIVIER, 2008, p. 17).

Mas não é só isso. Tramasoli nos avisa:

é preciso ter uma noção mais coerente do tempo que não se limite à concepção simplista de que a única relação entre o passado e o presente é de precedência, e sim de que o tempo é muito mais complexo do que as nossas tradições arqueológicas permitiram [pensar] (TRAMASOLI, 2017, p. 195).

Não se trata de ver a passagem de um tempo linear. Trata-se de entender uma temporalidade distinta daquela que a modernidade nos ensinou. Aquilo que, ingenuamente, atribuímos ao passado, como contas de vidro, cacos de cerâmica, ou lascas afiadas, estão aqui e agora. Juntos à câmera fotográfica que registra a descoberta e à pilha que eventualmente serviu de escala. Mais ainda: o espaço através do qual nos movemos, onde trabalhamos, o sítio arqueológico, guarda marcas e estruturas feitas num tempo que consideramos passado, mas que estão no presente, nos tocando, nos impondo condições.

Abraçando a proposição de Olsen (2012), consideramos a importância de pensar a noção de tempo percolante, ou seja, um tempo que não é mais um parâmetro externo, mas que se impõe a partir das relações entre diferentes entidades de distintos e variados passados. Vistos desta forma, passado e presente estão completamente mesclados (TRAMASOLI, 2017).

Além do tempo, o debate na Arqueologia hoje se volta para as coisas. E não por acaso.

Se há uma constante na Arqueologia é o fato de dedicarmos-nos a estudar nossa relação com a dimensão material do mundo. A despeito do modo como entendemos nosso objeto – testemunho, significante, ente – e, por consequência, de como nos referimos a ele – vestígio, cultura material, materialidade –, esta é a principal constante que estabelece a nossa identidade sincrônica e diacronicamente (TRAMASOLI, 2017, p. 193).

No entanto, esse voltar-se para as coisas, não se dá mais pelo olhar da História (que sempre viu as coisas como ilustração), ou da Antropologia (que quase esqueceu que coisas existem), mas vem do interior da própria Arqueologia que busca reconhecer as qualidades que as coisas sempre possuíram e a diferença que elas causam no mundo, tanto entre elas, como para os humanos (OLSEN et al, 2012). Essas coisas que nos constituem, que estão intrinsecamente entrelaçadas a nós.

É esta Arqueologia, sem parâmetros temporais, que não se define por um método e que pensa a si própria, que defendemos e que esperamos que se firme.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217–225, 1962.

_____. Culture and social roles in archaeology. In: _____. (Org.). **Debating archaeology**. New York: Academic Press, 1989. p. 3–11.

BLAY, Michel. **Dictionnaire des concepts philosophiques**. Paris: Larousse, 2007.

BRUNEAU, Philippe; BALUT, Pierre-Yves. **Artistique et archéologie**. Paris: Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 1997.

BÜCHLLI, V.; LUCAS, G. The absent present: archaeologies of the contemporary past. In: _____. (Org.). **Archaeologies of the Contemporary Past**. London: Routledge, 2001. p. 3–18.

CLARKE, David L. **Analytical Archaeology**. London: Methuen&Co, 1968.

DILTHEY, Wilhelm. **Introduction à l'étude des sciences humaines**. Paris: Presses Universitaires de France, 1942.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dictionnaire de philosophie**. Paris: Nathan, 1990.

FREUND, Julien. **Les théories des sciences humaines**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

GNECCO, Cristobal. Digging alternative archaeologies. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (Org.). **Reclaiming archaeology: Beyond the tropes of modernity**. New York: Routledge, 2016. p. 67–78.

HAMILAKIS, Yannis. Recollecting the Fragments: Archaeology as Mnemonic Practice. In: LILLIOS, K. T.; TSAMIS, V. (Org.). **Material Mnemonics: Everyday Memory in Prehistoric Europe**. Oxford: Oxbow, 2010. p. 188–199.

LALANDE, André. **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

THIESEN, Beatriz Valladão; POUQUET, Martial. Nem tempo, nem método. Nem história, nem antropologia. O que é arqueologia? **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 13–22, jan./jun. 2018.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura material, a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11–23, 2011.

MORTILLET, Gabriel de. **Lepréhistorique**: Antiquité de l'Homme. Paris: C. Reinwald, 1885.

OLIVIER, Laurent. **Les ombre abîme du temps**. Paris: Le Seuil, 2008.

OLSEN, Bjørnar J. Symmetrical Archaeology. In: HODDER, I. (Org.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity, 2012. p. 208–228.

OLSEN, Bjørnar J.; SHANKS, Michael; WEBMOOR, Timothy; WITMORE, Christopher. **Archaeology**: the discipline of things. Berkeley: University of California Press, 2012.

SOLER, Léna. **Introduction à l'épistémologie**. Paris: Ellipses, 2000.

SPON, Jacob. **Réponse à la critique publiée par M. Guillet, sur le Voyage de Grèce de Jacob Spon**. Lyon: Thomas Amalri, 1679.

----- **Miscellanea erudita e antiquitatis**. Lyon: Spon, 1685.

TAYLOR, Walter W. **Study of Archaeology**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1967.

TRAMASOLI, Felipe. "Haja hoje p/ tanto ontem" Apontamento sobre a Arqueologia e o contemporâneo. **Revista de Arqueologia**. Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 30, n. 1, p. 186–209, 2017.

WHEELER, R. E. Mortimer. **Archaeology from the Earth**. Oxford: Oxford University Press, 1954.

WILLEY, Gordon R.; PHILLIPS, Philip. **Method and Theory in American Archaeology**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

AUTORES

Beatriz Valladão Thiesen

Professora Associada no curso de Bacharelado em Arqueologia e coordenadora do LiberStudium – Laboratório de Arqueologia do Capitalismo, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: beatrizthiesen@yahoo.com.br.

Martial Pouquet

Professor Associado no curso de Bacharelado em Arqueologia e coordenador do L'ARTE – Laboratório de Arqueologia das Técnicas e Etnoarqueologia, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: furgmartialrh@gmail.com.

Recebido em: 04/05/2018.

Aprovado em: 20/06/2018.

Publicado em: 28/10/2018.